

Do Ensino Remoto Emergencial à Proibição dos Celulares nas Escolas: Lições Aprendidas com Estudantes de Pedagogia sobre Tecnologias nas Políticas Educacionais

From Emergency Remote Teaching to the Prohibition of Cell Phones in Schools: Lessons Learned from Pedagogy Students on Technologies in Educational Policies

Marcelle Medeiros Teixeira
Jéssica Coelho Parreira da Silva
Dilton Ribeiro Couto Junior
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro-Brasil

Resumo

Este relato de experiência discute a percepção de oito estudantes de pedagogia de uma instituição do Rio de Janeiro (RJ) sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Se, por um lado, as estudantes concordam que essas tecnologias foram importantes aliadas durante seus processos formativos na pandemia, por outro lado, elas consideram que é preciso investir em uma relação eu-outro mais afetiva, dialógica e alteritária. Outro enfoque reflexivo dado ao relato de experiência é o Decreto nº 53918 (Brasil, 2024), que estabelece o regulamento do uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pelas/os estudantes nas instituições de ensino municipais do RJ. Essa política educacional diverge da percepção das oito estudantes, que nos ensinam que precisamos investir mais na articulação entre educação e tecnologias digitais no lugar de proibir/limitar os usos dessas tecnologias nas escolas.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial (ERE); Políticas educacionais; Educação.

Abstract

This experience report discusses the perception of eight undergraduate pedagogy students at an institution in Rio de Janeiro (RJ) about the Emergency Remote Education (ERE). If on the one hand, the students agree that technologies were important allies during their formative processes in the pandemic, on the other hand, they consider that it is necessary to invest in a more affectionate, dialogical and alteritarian self-other relationship. Another reflexive focus given to the experience report is the Decree No. 53918 (Brasil, 2024), which establishes regulations on the use of cell phones and other electronic devices by students in municipal educational institutions located in RJ. The content of this educational policy differs from the perception of the eight students, who teach us that we need to invest more time connecting education and digital technologies rather than banning/limiting the use of these technologies in schools.

Palavras-chave: Emergency Remote Education (ERE); Educational policies; Education.

Introdução

No dia 22 de maio de 2023, realizamosⁱ uma atividade escrita com estudantesⁱⁱ da disciplina Tecnologias e Educação (60h/4 créditos), do curso de pedagogia de uma universidade pública localizada no estado do Rio de Janeiro (RJ). O foco da atividade foi conhecer, sob a ótica das discentes, quais foram os maiores ensinamentos da pandemia, principalmente quando o assunto é a relação entre educação e tecnologia. Optamos pela elaboração de uma pergunta aberta porque nossa intenção era ampliar o debate sobre o tema, garantindo maior liberdade das estudantes na formulação dos relatos escritos. Conhecer o que as estudantes do curso de pedagogia têm a dizer sobre a relação educação-pandemia-tecnologia revela nosso compromisso ético-político com a formação delas (consequentemente, com a nossa também).

Concordamos que a carreira docente “deve envolver a formação de um professor pesquisador capaz de refletir sobre sua prática. Se o professor não se sentir como produtor de conhecimentos, jamais será capaz de gerar uma boa experiência docente” (Seffner, 2013, p. 15). Ouvir o outro em sala de aula significa sair da nossa zona de conforto, agitando nosso pensamento ao ressignificar nossa própria atuação docente. Consideramos positivo rememorar nossa atuação ao conhecer o ponto de vista das estudantes; isso pode ser alcançado pelo relato de experiência, que se constitui como a tradução de vivências em forma de escrita visando produzir conhecimentos acerca de diferentes temáticas (Mussi; Flores; Almeida, 2021). Dessa forma, a atividade proposta para a turma encontra-se destacada abaixo:

No meio de nosso semestre letivo na universidade, a OMS decreta fim da pandemia de COVID-19. Debates muito ao longo da disciplina sobre os desafios que foi experienciar a pandemia no Brasil, que trouxe reconfigurações significativas no cotidiano de muitas famílias, incluindo o excesso de tela, desgaste, tédio, solidão, trabalhar de casa (*home office*). Nesse cenário, não podemos desconsiderar o próprio luxo que foi poder permanecer na segurança do lar no meio da crise sanitária enquanto muitas/os brasileiras/os continuavam trabalhando fora de casa – sem contar que muitas famílias sequer tinham casa e permaneceram ainda mais vulneráveis no contexto pandêmico. *Na percepção de vocês, quais foram os maiores ensinamentos da pandemia, principalmente quando o assunto é a educação?* Convido que cada um/a escreva um breve relato a partir dessa pergunta, pensando sobre a relação pandemia-educação no sentido de contribuir com a ampliação de uma discussão que saia de um olhar que comumente percebe o ensino remoto emergencial como sempre sendo negativo, focando nas potencialidades do digital em rede na prática pedagógica. Com certeza a pandemia convidou-nos a pensar sobre qual educação mediada pelo digital em rede queremos, e que não foi necessariamente aquela que experienciamos/presenciamos. Desde já, muito obrigado pela sua participação! 😊 (Planejamento docente, 2023).

Os relatos produzidos pelas graduandas a partir da proposta acima despertaram nosso interesse para conhecer o ponto de vista delas sobre a relação entre educação e tecnologia, principalmente porque, durante o período pandêmico, estivemos diariamente em contato com diversas postagens nas redes, tanto de professoras/es quanto de estudantes da universidade, que criticavam o uso das tecnologias digitais para dar seguimento às aulas remotas. Esta continuidade foi viabilizada pela Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que autorizou em caráter excepcional “a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” enquanto a pandemia do novo coronavírus perdurasse (Art. 1º). Tal política educacional definiu diretrizes e regulamentações para a adaptação do ensino superior à realidade imposta pela pandemia, impactando diretamente as práticas educacionais durante esse período crítico.

Este relato de experiência discute a percepção de oito estudantes do curso de pedagogia sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Trinta graduandas participaram da atividade, mas optamos em selecionar oito relatos, que contribuíram mais densamente com reflexões acerca das potencialidades do digital em rede na prática pedagógica, permitindo-nos questionar o olhar negativo e as tentativas de regulamentação constantemente lançadas sobre a educação mediada pelo digital em rede. Somando-se a isso, optamos pela escolha destes relatos em função de nosso interesse de apresentar e discutir com mais profundidade as narrativas produzidas por essas estudantes.

Em tempos de cibercultura, vimos o quanto foram produzidas e compartilhadas, nas diferentes redes sociais, narrativas envolvendo textos, imagens, vídeos, sons, e que geraram um amplo debate no meio acadêmico sobre as práticas educativas durante a pandemia. Essas narrativas provocaram muitos sentimentos, convidando-nos a enxergar o mundo com outros olhos, despertando em nós o desejo de imaginar uma outra educação a partir da experiência pandêmica (Ribeiro; Skliar, 2020). Muitas/os brasileiras/os estiveram confinadas/os dentro de suas residências experienciando o isolamento físicoⁱⁱⁱ para evitar a contaminação pelo novo coronavírus. Mesmo dentro de nossas residências, tivemos a oportunidade de aprender-ensinar com o outro, (co)criando a partir da mediação do digital em rede (Couto; Couto; Cruz, 2020; Maddalena; Couto Junior; Teixeira, 2020).

Dessa forma, buscamos resgatar com este texto algumas dessas experiências educativas das estudantes de pedagogia. Por um lado, houve uma considerável crítica

negativa no modo como as tecnologias digitais em rede foram utilizadas, desencadeando na baixa participação das/os graduandas nos encontros por videoconferência (Couto Junior; Teixeira; Maddalena, 2023). Por outro lado, é preciso considerar que muito do que se diz sobre o suposto desinteresse das estudantes universitárias pelo ERE está diretamente relacionado a aspectos socioeconômicos, na medida que muitas não apresentavam condições de experimentar plenamente a condição de internautas porque a própria quarentena se mostrou como uma possibilidade para poucos em um país que segue apresentando um grupo considerável de pessoas excluídas social e digitalmente.

Reconhecemos que uma quantidade significativa de trabalhos já foi produzida sobre os processos de ensino-aprendizagem na pandemia, por isso nossa intenção é ampliar a discussão nos voltando para a análise do tema em articulação com o Decreto Rio nº 53918^{iv}, de 1º de fevereiro de 2024 (Brasil, 2024), que estabelece o regulamento do uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pelas/os alunas/os nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino (SME) do Rio de Janeiro (RJ). Essa articulação é importante porque, se as/os estudiosas/os do campo da cibercultura concordam que o digital em rede possibilita construirmos práticas educacionais autorais/colaborativas (Santos, 2002, 2019; Carvalho; Pimentel, 2022) e que precisamos continuar investindo em políticas de inclusão digital (Pretto; Bonilla; Sena, 2020; Couto Junior; Teixeira; Maddalena, 2023), nos parece incoerente que pouco tempo depois da pandemia ainda haja políticas sendo implementadas com o objetivo de buscar impedir/limitar que essas mesmas tecnologias cheguem ao chão da escola pública municipal carioca. Não estamos, com isso, sugerindo que as práticas *online* substituam os processos educacionais presenciais, mas reforçando a importância de que as/os estudantes façam uso do digital em rede como possibilidade de ampliar seus repertórios culturais dentro-fora da escola.

Neste texto, o foco reflexivo recai sobre dois pontos, que serão discutidos a seguir. O primeiro deles diz respeito aos ensinamentos que a pandemia trouxe para a educação sob a ótica das estudantes da pedagogia. Elas discutem o potencial do digital em rede nos processos educacionais, alertando para a importância do afeto e da mediação no trabalho pedagógico. O segundo ponto encerra o texto e diz respeito a uma análise que realizamos do Decreto nº 53918, de 1º de fevereiro de 2024 (Brasil, 2024), que estabelece o regulamento do uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pelas/os estudantes nas escolas públicas

cariocas. Essa política educacional diverge da percepção das oito estudantes da pedagogia, que nos ensinam que precisamos investir mais na articulação entre educação e tecnologias digitais no lugar de simplesmente proibir/limitar os usos dessas tecnologias nas escolas.

Sobre Afetividade na Pandemia: Aprendendo com as Estudantes sobre o ERE

A pandemia de COVID-19 fez com que professoras/es de todo o mundo discutissem diferentes estratégias para garantir a continuidade do ensino. De uma hora para outra as “portas” do mundo físico se fecharam, trazendo como desafio a necessidade de (re)pensar o andamento das atividades educacionais. A pandemia não inaugurou o uso das tecnologias digitais em rede no campo da educação, mas permitiu que muitas/os pesquisadoras/es, professoras/es e estudantes experienciassem com mais intensidade o ciberespaço, fazendo da internet uma aliada no desenvolvimento de processos de ensinar-aprender. Embora a interação face a face tenha permanecido restrita durante os primeiros dois anos da pandemia, muitas “janelas” se abriram e permitiram que continuássemos em contato constante com outras pessoas por meio do ciberespaço (Couto; Couto; Cruz, 2020). Durante o período pandêmico, houve o intercâmbio de mensagens de textos e vídeos, a produção de *lives*, reuniões por videoconferência e serviços *online* dos mais variados.

A quarentena possibilitou que olhássemos atentamente para os usos das tecnologias digitais em rede nos processos educacionais sob a ótica de estudantes do curso de pedagogia. Essa análise partiu do pressuposto de que a pandemia foi um dos períodos mais trágicos de nossa história desde as últimas grandes guerras, com políticas irresponsáveis que aniquilaram milhões de vidas mundo afora, desencadeando crises em todos os setores (Couto; Couto; Cruz, 2020). As estudantes não deixam dúvidas dos inúmeros desafios enfrentados por elas para dar continuidade aos estudos na universidade, fornecendo pistas que nos auxiliam a entender um pouco de suas experiências formativas durante o ERE. Dois aspectos chamam nossa atenção quando analisamos os relatos escritos das estudantes: a) temos hoje interfaces digitais que garantem a possibilidade de construirmos uma educação mediada pelo digital em rede e b) o afeto e a mediação são elementos imprescindíveis no trabalho pedagógico com as diferentes tecnologias.

Damos início às nossas análises a partir do relato de Fabiana. Como exercício de reflexão sobre os ensinamentos em tempos de pandemia, Fabiana focaliza sua atenção no que ela denomina de “consequências positivas”, mesmo reconhecendo a dificuldade em fazê-lo: “Complicado pensarmos em consequências positivas na educação a partir do que

vivenciamos com o ensino remoto emergencial devido à pandemia da COVID-19”. No entanto, a estudante segue o seu raciocínio afirmando que “Fomos convidados a refletir sobre diversas questões que até então não havíamos sequer conversado, principalmente de como as instituições públicas e particulares deveriam se posicionar e agir diante de uma educação pandêmica remota”. A proposta da atividade sobre discutir os ensinamentos da pandemia não é pensar no que houve de “positivo” nesse período, mas o quanto a pandemia provocou em nós o desejo de refletir sobre a educação mediada pelo digital em rede. Nesse sentido, argumentamos que é positivo exercitar o pensamento crítico rememorando nossa própria formação durante a pandemia quando somos “convidados a refletir sobre diversas questões”, conforme frisou Fabiana.

Soraia também compartilha o que aprendeu com a pandemia, argumentando “que não podemos esperar que aconteçam situações emergenciais para que sejam definidas medidas”. Cabe lembrar que muitas dessas práticas emergenciais de ensino foram vistas como “soluções aligeiradas” na tentativa de “garantir a ‘continuidade’ dos ritos escolares e acadêmicos no decorrer da pandemia, quase sempre ignorando a necessidade de se compreender a heterogeneidade dos acessos e das formações imprescindíveis para o bom funcionamento dessas ‘soluções’” (Nolasco-Silva; Bianco; Delgado, 2020, p. 350). Nos parece que “formação docente” e “soluções aligeiradas” caminham em direções opostas. Formação exige tempo, dedicação, implicação (Santos, 2019), e a educação na pandemia muitas vezes foi vista como mercadoria (Ribeiro; Skliar, 2020) em meio a um cenário que incentivava professoras/es a serem criativos e que buscassem estratégias pedagógicas *online* durante o isolamento físico.

Se as redes de comunicação digital são consideradas hoje a “Biblioteca de Alexandria”, com boa parte da história da humanidade digitalizada e disponível na internet (Silva; Alvez, 2018), não é de se estranhar que essas informações têm possibilitado oportunidades ímpares nos processos educacionais. Joelma ressalta: “Consegui aprender novas formas de estudar através do YouTube. Mesmo que sem possibilidade de interação, me vi livre da educação bancária presente na minha escola, onde eu não possuía liberdade para expressar as coisas que aprendi”. O YouTube é uma das redes sociais mais populares hoje, com uma quantidade gigantesca de conteúdo produzido e compartilhado por pessoas espalhadas por todas as regiões do planeta. De acordo com dados da pesquisa “Digital 2024: Brasil”, o YouTube

ultrapassou 140 milhões de usuáries/os no país no início de 2024, ficando atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos da América (EUA). Embora muitas pessoas utilizem o YouTube apenas para acessar/consumir conteúdo, essa rede também permite que possamos criar nossas próprias contas e interagir com outras/os usuáries/os por meio de comentários no *chat*. A educação bancária mencionada por Joelma é uma crítica desenvolvida por Paulo Freire para se referir às práticas educacionais de mera transmissão de conteúdo.

No entanto, gostaríamos de ressaltar que, no contexto das tecnologias digitais em rede, também é possível colocar em prática uma educação bancária, sendo comumente nomeada de educação *broadcasting*, na qual docentes transmitem orientações e informações para um grupo de estudantes nos encontros *online* (Alves, 2020). Conforme afirma Frade (2010, p. 21), “muitas vezes, quando nos deparamos com um aparelho novo, passamos a buscar as referências das experiências passadas ou identificar ali um equipamento já conhecido”. Isto significa dizer que, mesmo com a utilização das tecnologias, a prática pedagógica pode basear-se em uma lógica de mera transmissão de informação, com a/o docente no centro do processo de ensino-aprendizagem. Para romper com esta perspectiva, a autora aponta que precisamos ser inventivas/os, buscando criar estratégias que incentivem a participação de todas/os em sala de aula (Frade, 2010).

Pretto (2011) provoca-nos a pensar não em uma educação, mas em educações, alertando-nos para a ideia de que a prática educativa é da ordem da criação e da experimentação, sendo construída em meio a múltiplos caminhos e modos distintos de se caminhar. A estudante Janaína aposta na incorporação das tecnologias digitais na prática pedagógica e vai além: “o contexto pandêmico nos leva a repensar sobre a educação que estamos construindo, seja no remoto ou presencial. A educação mediada pelo digital tem a potência para, de fato, fomentar saberes em redes, entrelaçados de significados e sentidos”. Isso não significa que o digital em rede, por si só, seja uma ameaça à educação ou revolucione as práticas pedagógicas; são os usos que fazemos que precisam ser constantemente (re)avaliados (Couto Junior; Teixeira; Maddalena, 2023). Repensar a educação que queremos construir é um passo importante para reconhecermos o modo como buscamos experienciar o ato educativo.

As estudantes Fernanda, Cristina, Débora e Elaine, a seguir, apostam na necessidade da alteridade e da afetividade na construção de uma educação mediada pelo digital em rede. Ao refletir sobre os maiores ensinamentos da pandemia, Fernanda diz que “pessoalmente,

posso apontar que faltou o olhar mais humano nos processos de ensino-aprendizagem” e que, principalmente, “faltou olhar para as pessoas”. A estudante reflete sobre a ausência desse “olhar mais humano” em um período que ficou marcado pela constante preocupação em como manter o funcionamento do sistema educacional, conforme a crítica de Ribeiro e Skliar (2020, p. 19):

a suspensão de muitas atividades, no mundo inteiro, faz aflorar especialistas de plantão e avaliadores de vocação: opiniões e mais opiniões sobre como fazer, o que fazer, quais estratégias e instrumentos, quais conteúdos mínimos considerar, como condensar currículos etc.

A preocupação esteve centralizada no entendimento de que a educação “não poderia parar” e que o ano letivo não poderia “ser perdido”. O foco no conteúdo nos distanciou do que os autores denominam como “gestos políticos”, que são compreendidos como aqueles grávidos de sangue, pele, desejo, corpo, gestos que aproximam, tremem, pensam, acolhem devagar, tocam. Estes gestos convidam-nos a pensar na seguinte provocação: “o que muda quando são a vida e as experiências vitais os princípios que regem nossas ações e apostas formativas e educativas?” (Ribeiro; Skliar, 2020, p. 20).

A defesa pela vida e pelas experiências vitais na construção de uma educação dialógica e alteritária têm sido nossa aposta. Interessa-nos romper com o tecnicismo, valorizando um processo que se constitui em meio a uma ecologia de experiências, práticas e afetos (Ribeiro; Skliar, 2020). A valorização desta ecologia é apontada pela estudante Cristina como uma importante proposição: “Muitos foram os afetos construídos dentro desse momento [pandêmico], e um que considero mais marcante foi a relação com o outro e o exercício de alteridade, no qual discentes e docentes, raras exceções, conseguiram se acolher”. A estudante continua sua reflexão defendendo que “o afeto e a empatia resistiram como proposta educativa”.

O relato de Cristina mostra a importância de uma educação pautada na empatia e no afeto como uma estratégia de resistência ao cenário pandêmico brasileiro, marcado pela perda de mais de 700 mil vidas devido ao coronavírus^{vi}. A ideia de resistência levantada por ela produz em nós o sentido da necessidade de planejarmos mudanças coletivamente, semelhante à premissa do fortalecimento de uma luta na qual “ninguém solta a mão de ninguém” (Teixeira; Soares; Couto Junior, 2024, p. 6). Em um período durante o qual a vida

estava em constante ameaça, por que insistimos em priorizar os conteúdos escolares em detrimento dos afetos? Que educação tivemos a oportunidade de construir em um contexto permeado por inúmeros momentos de dor e de angústia?

Cristina não caminha sozinha na defesa dos afetos e da relação com o outro. O relato de Débora reforça esta importância: “A pandemia me mostrou a necessidade da socialização, tanto virtual, quanto física, dentro do processo educativo”. Esta reflexão mostra o desejo pela constituição dos espaços de socialização através da internet, por isso cabe buscarmos ensinar práticas que visem estimular a partilha das experiências afetivas (Frade, 2010). Dessa forma, a rede de afetos criada em muitas ocasiões no ERE permitiu que houvesse espaço de socialização através do digital em rede mesmo com as portas das salas de aulas fechadas.

Em um tempo marcado por dores e angústias, segundo reforçam as estudantes, valorizamos uma relação com o outro impulsionada pelo exercício da afetividade. Elaine, após a partida de sua avó durante a pandemia, relata que ficou “muito mal, com início de depressão, se fosse presencial provavelmente não conseguiria sair da minha cama para ir para a aula”. Ela finaliza o relato apontando que “o ensino remoto me ajudou a ter forças para continuar na universidade”. A rede de afetos que discutimos anteriormente está diretamente relacionada à ideia de que somos seres sociais e que existe o desejo de “estar junto, ainda mais quando o compartilhamento, a reciprocidade e a cumplicidade não têm outro destino ou finalidade a não ser o puro, singelo e radical prazer de estar junto” (Santaella; Lemos, 2010, p. 25-26). É na relação com o outro, presencialmente ou pela mediação do ensino remoto, que também temos a possibilidade de trocar-aprender na medida em que nos fortalecemos coletivamente.

“A Conexão do Aluno Deve ser com a Escola, Não com o Celular”: para (Não) Concluir

Os relatos das estudantes do curso de pedagogia abordaram como o ERE e os usos das tecnologias digitais em rede impactaram suas vivências pedagógicas, destacando suas potencialidades para promover experiências colaborativas e afetuosas, fundamentais no processo educativo. É inegável que a pandemia trouxe desafios para a educação, a começar pela implementação do ERE (Brasil, 2020) em um país com profundas desigualdades socioeconômicas (Couto Junior; Teixeira; Maddalena, 2023). Esses relatos evidenciaram a necessidade de reavaliar as práticas pedagógicas, apontando aspectos significativos sobre como o uso das tecnologias digitais em rede permitiu a continuidade das interações e como

precisamos continuar investindo em uma educação baseada no diálogo, na alteridade e no afeto.

Buscando ampliar o debate sobre a relação entre tecnologia e educação, cabe discutirmos uma política pública recentemente publicada por meio do Decreto nº 53918, de 1º de fevereiro de 2024 (Brasil, 2024), que regulamenta o uso de celulares e dispositivos eletrônicos nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro (RJ). Se as estudantes da pedagogia nos ensinam que precisamos investir mais na articulação entre educação e tecnologias digitais, argumentamos que é incoerente um decreto que caminha na direção da proibição/limitação dos usos dessas tecnologias nas escolas públicas municipais cariocas. Ao proibir/limitar o uso de dispositivos móveis no ambiente escolar, esta política educacional contrasta com a necessidade de promover práticas mediadas pelas tecnologias digitais, conforme argumentam as estudantes de pedagogia. No lugar de simplesmente impedir o uso desses dispositivos nas escolas, defendemos a criação de políticas que promovam a articulação dessas tecnologias no espaço escolar, ampliando o repertório cultural de crianças e jovens (Girardello, 2005).

O Decreto nº 53918 foi publicado nos mandatos do prefeito Eduardo Paes e do Secretário de Educação, Renan Ferreirinha, após uma Consulta Pública^{vii} realizada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) do RJ entre os meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024. O documento traz como base argumentativa alguns relatórios e pesquisas^{viii}, no entanto, nos interessa com este texto concentrar nossa análise em possíveis implicações do Decreto para a prática pedagógica.

O site da Prefeitura do Rio publicou a notícia “Prefeitura do Rio quer banir o uso de celulares nas escolas^{ix}”, anunciando a consulta pública. O *link* de preenchimento do formulário é acompanhado de um texto que defende a proibição e apresenta parte dos relatórios e pesquisas mencionadas no Decreto, além das falas de Renan Ferreirinha e Daniel Becker, médico pediatra. Em relação ao uso dos dispositivos, são elencados elementos negativos, incluindo prejuízos na aprendizagem, problemas de concentração, instabilidade emocional, ansiedade e depressão. A Consulta recebeu mais de dez mil contribuições, sendo 83% favoráveis, 11% parcialmente favoráveis e 6% contrárias à proibição do uso dos celulares e dispositivos eletrônicos na escola. Cabe questionarmos a realização de uma consulta *online* que convida a/o internauta a participar politicamente das decisões da SME/RJ sem que haja

uma discussão que aponte também as potencialidades das tecnologias digitais em rede para os processos de ensinar-aprender.

Com base nos estudos e na Consulta Pública, o Decreto Rio nº 53918 estabelece os momentos em que os celulares e dispositivos eletrônicos podem ou não ser utilizados no contexto escolar. A proibição acontece: I) dentro da sala de aula; II) fora da sala de aula quando houver explanação do professor e/ou realização de trabalhos individuais ou em grupo na unidade escolar; III) durante os intervalos, incluindo o recreio. A permissão acontece: antes do início da primeira aula ou após o fim da última aula do dia (desde que fora da sala de aula), quando houver autorização do/a professor/a para fins pedagógicos, para estudantes com deficiência ou condições de saúde, durante os intervalos apenas para as/os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com autorização expressa da gestão da unidade escolar, para citar alguns.

Destacamos a imagem abaixo, compartilhada nas redes sociais e impressa para divulgação nas unidades escolares da rede pública municipal de ensino. Nela, é realizado um trocadilho com o uso das frases “Escola ON” e “Celular OFF”, apontando que o celular deve estar desligado durante o período escolar. Logo abaixo das imagens, é destacado que “A conexão do aluno deve ser com a escola, não com o celular”.

Figura 1: Campanha da Prefeitura do Rio a favor da proibição do uso de celular.



Fonte: <https://is.gd/NsCtwa>, 2024.

O Decreto se apresenta como uma forma de regulamentar o uso de dispositivos móveis nas unidades escolares municipais do Rio de Janeiro com base nos relatórios e pesquisas voltados especificamente para os malefícios que esses dispositivos provocam em crianças e jovens. A decisão de proibir/limitar dispositivos móveis é uma iniciativa simplista,

tratando o problema de forma superficial ao evitar engajar-se em discussões mais aprofundadas sobre o papel que as tecnologias digitais poderiam desempenhar no ambiente escolar.

Diante de uma política que percebe essas tecnologias como inimigas e não como aliadas do processo educacional, argumentamos que precisamos promover, genuinamente, um debate com toda comunidade escolar visando discutir as potencialidades dessas tecnologias na formação de crianças e jovens. Quando reconhecemos os dispositivos digitais apenas pelos seus aspectos negativos, estamos desconsiderando todo o potencial educativo (Frade, 2010) que tem sido explorado/discutido na comunidade acadêmica. É importante estarmos atentas/os às novas formas de interatividade mediadas por essas tecnologias, reconhecendo que elas, em muitos contextos, já fazem parte do cotidiano de crianças, jovens e de suas/seus docentes.

O Decreto concede permissão para uso do celular durante os intervalos apenas para as/os estudantes da EJA que desfrutam de regras mais flexíveis por circularem em um ambiente com pessoas de mais idade. Ressaltamos que o atendimento dessa modalidade de ensino destina-se a pessoas a partir de 14 anos completos, ou seja, para crianças e jovens que frequentam o ensino regular veta-se o acesso ao celular, enquanto jovens matriculadas/os no EJA possuem o uso autorizado. A decisão de banir/limitar o uso de celulares para determinados grupos de estudantes reflete uma visão que julgamos ser adultocêntrica, implicando no não reconhecimento do potencial educativo e lúdico que essas tecnologias podem proporcionar (Girardello, 2005).

Em tempos de cibercultura é preciso pensar uma educação que não se restringe ao espaço físico da sala de aula, mas se amplia para outros espaços-tempos (Silva; Alves, 2018). A publicação da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que definiu diretrizes e orientações para as atividades pedagógicas durante o período pandêmico (Brasil, 2020), reconhece a legitimidade das tecnologias digitais no trabalho docente; o Decreto nº 53918 (Brasil, 2024), por outro lado, defende a regulamentação dos usos dos celulares nas instituições públicas cariocas, o que evidencia uma incoerência de perspectivas sobre o uso das tecnologias digitais e suas possibilidades no campo educacional.

Como profissionais do campo educacional, cabe refletirmos sobre qual educação estamos buscando construir/praticar. Para isso, é imprescindível questionar certas políticas

educacionais que continuam desconsiderando as práticas sociais contemporâneas, cada vez mais mediadas pelas tecnologias digitais, o que, em alguma medida, evidencia o caráter anacrônico da instituição escolar. Vemos no horizonte uma “educação como experiência de assombro, encantamento, descoberta, inquietude e indagação” (Ribeiro; Skliar, 2020, p. 20). Nesse sentido, educação também envolve aspectos lúdicos e afetivos que podem ser mediados pelo uso dessas tecnologias (Silva; Alves, 2018). O Decreto nº 53918 restringe o uso de tecnologias apenas para fins pedagógicos específicos, negligenciando os processos formativos que vêm ocorrendo na interação *online* entre as/os próprias/os estudantes.

Neste momento, nos perguntamos: não aprendemos nada com a pandemia? A pergunta serve como provocação para refletirmos sobre os avanços e retrocessos em relação ao uso de tecnologias na educação após a crise sanitária. Durante o ERE, as tecnologias digitais desempenharam um papel importante ao possibilitar a continuidade das interações entre estudantes e professoras/es. A partir dos relatos das estudantes de pedagogia, percebemos como essa forma de interação oportunizou não apenas a troca de saberes, mas também a manutenção do afeto e da colaboração, trazendo à tona como a educação mediada pelas tecnologias digitais pode ser acolhedora. Esse aspecto diz respeito a uma das principais críticas feitas ao ERE: a educação não pode ser reduzida a uma transmissão mecânica de conhecimento, mas envolve a constituição de vínculos sociais e afetivos, incluindo aqueles que vêm sendo forjados pela mediação do digital em rede.

Entretanto, a resposta política e institucional a esses aprendizados parece limitada, como fica evidente na promulgação do Decreto nº 53918. A medida não apenas ignora os ensinamentos valiosos sobre o potencial pedagógico das tecnologias digitais, mas também reitera uma visão restritiva e tecnicista da educação, limitando o uso dos dispositivos móveis. Essa postura negligencia o valor das interações *online* entre as/os estudantes, que muitas vezes ocorrem em momentos de socialização, como os intervalos, e que também são enriquecedores do ponto de vista educacional. As tecnologias podem promover redes de aprendizagem para além dos limites físicos da sala de aula, mas o Decreto falha em reconhecer essa dimensão. Como Alves (2020) sugere, o momento pós-pandemia deve ser visto como uma oportunidade para repensar o processo educacional de maneira colaborativa, envolvendo tanto professoras/es quanto estudantes, na construção de estratégias críticas e criativas para o uso das tecnologias digitais.

Alinhando-se à proposta de Carvalho e Pimentel (2022), o registro das experiências pandêmicas e a rememoração do que foi aprendido são fundamentais para repensar uma outra pedagogia. Os autores defendem a importância de uma pedagogia que promova a alteridade e o diálogo em sala de aula, valorizando diferentes pontos de vista e abrindo espaço para que todas/os possam se expressar e serem ouvidas/os. Nesse sentido, o uso ético e crítico das tecnologias digitais deve ser um caminho para a construção de uma educação mais democrática e participativa, em que múltiplas vozes e saberes sejam considerados.

A pandemia nos ensinou que as tecnologias digitais têm o potencial para transformar o ambiente educacional, promovendo uma aprendizagem mais colaborativa e afetiva. A adoção de políticas públicas que promovam a formação crítica no uso das tecnologias é urgente. O Decreto de 1º fevereiro de 2024 restringe o uso dos dispositivos móveis e ignora a complexidade do ambiente educativo, assim como o potencial das interações digitais. Em vez de retroceder para uma lógica proibitiva, deveríamos seguir rumo a uma educação que reconheça as tecnologias digitais como aliadas na construção de vínculos, saberes e subjetividades. Quando o Decreto defende que “A conexão do aluno deve ser com a escola, não com o celular”, é porque está desconsiderando o quanto a instituição escolar também é atravessada por dinâmicas sociais mediadas pelo digital em rede. Ademais, concordamos que a conexão das/os estudantes com a escola será maior quando nós, professoras/es, aprendermos genuinamente a construir práticas pedagógicas mais sintonizadas com os interesses de crianças e jovens pelas tecnologias digitais em rede.

Referências

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2WrGjp5>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Define as diretrizes e orientações para a oferta de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia de COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 53.918, de 1º de fevereiro de 2024**. Estabelece o regulamento do uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pelas/os estudantes nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro (RJ). Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1 fev. 2024.

CARVALHO, Felipe; PIMENTEL, Mariano. Desculpa a interrupção, professor, eu nem sei se eu poderia te interromper: quais os sentidos da conversação em aula? **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 127-148, Set./Dez. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3GAdcGl>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COUTO, Edvaldo; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. #Fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID-19. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 200-217, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/35ZS4X8>. Acesso em: 15 maio 2020.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; MADDALENA, Tania Lucía. #LigaACâmera: relatos de estudantes de Pedagogia do Rio de Janeiro sobre os Encontros por videoconferência. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, e2061, 2023. Disponível em: <https://is.gd/7npUwq>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FRADE, Isabela. Tecnologias do Afeto. **Revista Palíndromo**, Florianópolis, n. 4, p. 11-35, 2010. Disponível em: <https://is.gd/eCvcwk>. Acesso em: 8 set. 2024.

GIRARDELLO, Gilka. Produção cultural infantil diante da tela: da TV à internet. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11-12, p. 1-12, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2FUDrYG>. Acesso em: 7 abr. 2019.

MADDALENA, Tania Lucía; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; TEIXEIRA, Marcelle Medeiros. O que dizem os memes da educação na pandemia? Dilemas e possibilidades formativas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 5, n. 16, p. 1518-1534, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37Wedls>. Acesso em: 29 dez. 2020.

NOLASCO-SILVA, Leonardo; BIANCO, Vittorio Lo; DELGADO, Matheus Franco. A pedagogia do vírus: cotidianos e educações não presenciais. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 348-365, Jun./Out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3qKTQVe>. Acesso em: 24 jan. 2021.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Ponta Grossa, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <https://is.gd/js1nMo>. Acesso em: 9 out. 2023.

PRETTO, Nelson de Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira; SENA, Ivânia Paula. (Orgs). **Educação em tempos de pandemia**: reflexões sobre as implicações do isolamento físico imposto pela COVID-19. Salvador: Edição do autor, 2020. Disponível em: <https://is.gd/JhdrLm>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PRETTO, Nelson de Luca. O desafio de educar na era digital: educações. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, v. 24, n. 1, p. 95-118, 2011. Disponível em: <https://is.gd/DFZFaX>. Acesso em: 10 set. 2024.

RIBEIRO, Tiago; SKLIAR, Carlos. Escolas, pandemia e conversação: notas sobre uma educação inútil. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 25, n. 55, p. 13-30, Set./Dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Va3p5A>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, Edméa. Formação de professores e cibercultura: novas práticas curriculares na educação presencial e a distância. **Revista da FAEBA**, Salvador, v. 11, n. 17, p. 113-122, Jan./Jun. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2X4yH9F>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, Jan./Mar. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2Axhld2>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SILVA, Bento; ALVES, Elaine Jesus. Aprendizagem na cibercultura: um novo olhar sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação digital no contexto educativo ubíquo. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 6, n. 3, p. 17-28, Jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2NXMbTM>. Acesso em: 20 set. 2018.

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; SOARES, Reginaldo Rosa; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. O Brasil no olho do furacão COVID-19: cartografando estratégias ciberativistas de enfrentamento às (neco)políticas experienciadas em tempos de pandemia. **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 7, n. 22, e16017, 2024. Disponível em: <https://is.gd/hSXcOk>. Acesso em: 14 set. 2024.

Notas

ⁱ As duas primeiras autoras acompanharam a turma em 2023 como parte do estágio docente, disciplina obrigatória no curso de pós-graduação em educação. O terceiro autor ministrou a disciplina, que foi conduzida em parceria com as pós-graduandas.

ⁱⁱ Nos referimos às estudantes no feminino porque a turma é majoritariamente composta por mulheres. Recebemos autorização das estudantes para que os relatos escritos apresentados neste texto pudessem ser utilizados para fins de pesquisa. Optamos pelo uso de nomes fictícios com o objetivo de preservar a identidade das graduandas.

ⁱⁱⁱ Embora a expressão “isolamento social” tenha sido muito utilizada durante o período pandêmico, preferimos a expressão “isolamento físico”. Como pesquisadoras do campo da cibercultura, essa opção reflete nosso argumento de que o digital em rede nos permite

continuar estreitando os vínculos sociais e afetivos com outras/os internautas mesmo quando os sujeitos encontram-se geograficamente dispersos.

^{iv} Decreto disponível em: <https://is.gd/lom7UZ>. Acesso em: 26 abr. 2024.

^v Disponível em: <https://is.gd/MpElZZ>. Acesso em: 12 set. 2024.

^{vi} Dados COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://is.gd/mOjIwG>. Acesso em: 12 set. 2024.

^{vii} Consulta Pública sobre a proibição do uso, pelos alunos, de celulares e demais dispositivos eletrônicos durante todo o horário escolar. Disponível em: <https://is.gd/oCn33d>. Acesso em: 26 abr. 2024.

^{viii} Relatórios e pesquisas embaixadores do decreto: 1) relatório de 2019 da Organização Mundial da Saúde sobre o tempo de tela para crianças; 2) relatório de monitoramento global da educação de 2023 da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO); 3) estudos de pesquisadoras/es da Bélgica, Espanha e Reino Unido que apontam a proibição dos dispositivos para a melhoria do desempenho escolar; 4) o relatório da Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o uso dos dispositivos em sala de aula; 5) Recomendação da UNESCO sobre a importância dos governos regulamentarem o uso da tecnologia para proteger os estudantes.

^{ix} Prefeitura do Rio quer banir o uso de celulares no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://is.gd/CGYrxt>. Acesso em: 26 abr. 2024.

Sobre os autores

Marcelle Medeiros Teixeira

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora substituta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da UERJ. Integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC). Bolsista Faperj Doutorado Nota 10.

E-mail: marcellemteixeira@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1799-2769>

Jéssica Coelho Parreira da Silva

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do ensino fundamental na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC).

E-mail: jessica.parreira10@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6751-4278>

Dilton Ribeiro Couto Junior

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UERJ e do

ProPEd/UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Ciberultura (JEGESC). Bolsista do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – Prociência UERJ.

E-mail: junnior_2003@yahoo.com.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5221-7135>

Recebido em: 18/02/2025

Aceito para publicação em: 13/09/2025